

Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

História: Diálogos Contemporâneos 2



Atena
Editora
Ano 2019

Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

História: Diálogos Contemporâneos

2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	História: diálogos contemporâneos 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (História. Diálogos Contemporâneos; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-560-0 DOI 10.22533/at.ed.600192308 1. História – Pesquisa – Brasil. I. Pereira, Denise. II. Carneiro, Maristela. III. Série. CDD 900.7
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Dentre os conflitos mais instigantes, produtivos e controversos que se dão no espaço acadêmico, reside aquele que opõe as muralhas das especificidades dos campos disciplinares à permeabilidade dos saberes na contemporaneidade. Extremismos à parte, é certo que, justamente por suas miradas particulares, os campos de conhecimento podem crescer quando travam contato. A descoberta de termos e objetos comuns e o desconforto dos desacordos e quebras de comunicação criam uma atmosfera de efervescência, questionamento e convite ao aprendizado. O conhecimento frequentemente prospera nas interseções.

As tensões do mundo líquido no qual navegamos intensificam estes debates e tornam premente a necessidade de promover e compreender os trânsitos entre os campos e os conhecimentos que emergem nessas encruzilhadas. Criar ligações entre as ilhas é, pois, uma necessidade, haja vista que, no coração destes debates jaz o descompasso entre a disponibilidade de informações e a variedade de recursos tecnológicos, de um lado, e o basbaque e a incapacidade de articular efetivamente tamanho arsenal em favor da difusão do conhecimento e da ampliação do alcance das humanidades em nosso meio social, de outro.

Como aponta Giorgio Agamben, o presente reside nessa zona fugaz e inexistente, o não vivido dentro do vivido, sendo, portanto, um desejo de futuro que encontra sempre seu referencial em algum passado. À História, que faz o possível para medir o pulso desse grande corpo em fluxo, cabe a árdua tarefa de estudá-lo até onde permite o alcance de suas lentes, a fim de que tenha o necessário para pintar o quadro complexo e pitoresco que a realidade merece. Esse quadro é pincelado de diálogos que mesclam novas e velhas fontes, linguagens clássicas às pós-modernas, discursos estabelecidos aos controversos. E tendo esse *melting pot* como horizonte orientador, antes de desvanecer, acaba revigorada nesses entrecortado de lugares e falas, nem sempre convencionais.

Diante deste olhar na História, esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
BNCC, TRANSVERSALIDADE, MEIO AMBIENTE E ENSINO DE HISTÓRIA: ELEMENTOS PARA UM DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA E PEDAGOGIA	
<i>Mônica Andrade Modesto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923081	
CAPÍTULO 2	13
ENSINO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: COMO REPENSAR UMA HISTÓRIA DO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO NUM CENÁRIO DE “PAZ”?	
<i>Ana Cecília Escobar Ramirez</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923082	
CAPÍTULO 3	26
HISTÓRIA.COM: ENSINO DE HISTÓRIA, FONTES DOCUMENTAIS E HISTORIOGRAFIA	
<i>Maria Aparecida da Silva Cabral</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923083	
CAPÍTULO 4	36
EXPONERE: ENTRE DESIGN, MEMÓRIA E HISTÓRIA	
<i>Fernanda Deminicis de Albuquerque</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923084	
CAPÍTULO 5	40
HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA COMO EXERCÍCIO DE METATEORIA	
<i>Rogério Chaves da Silva</i>	
<i>Paulo Alberto da Silva Sales</i>	
<i>Sidney de Souza Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923085	
CAPÍTULO 6	56
HISTÓRIA E MEMÓRIA EM CELESTINO ALVES: UMA ANÁLISE DO LIVRO “RETOQUES DA HISTÓRIA DE CURRAIS NOVOS”	
<i>Fabiana Alves Dantas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923086	
CAPÍTULO 7	68
HARRY POTTER E POLÍTICA: PARALELISMO ENTRE O ENREDO POLÍTICO DE HARRY POTTER E AS CIÊNCIAS POLÍTICA REAIS	
<i>José Carlos Corrêa Cardoso-Junior</i>	
<i>José Antonio de Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923087	
CAPÍTULO 8	76
VIOLÊNCIA E MEMÓRIA COMO MATRIZES PARA IDENTIDADES NO SÉCULO XX	
<i>Lucas de Mattos Moura Fernandes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923088	

CAPÍTULO 9	90
HISTÓRIA INTELLECTUAL DOS 'CARDEAIS' DA ESCOLA NOVA NO BRASIL	
<i>César Evangelista Fernandes Bressanin</i>	
<i>Milian Daniane Mendes Ivo Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923089	
CAPÍTULO 10	104
IMAGEM X LITERATURA: A REPRESENTAÇÃO DA IMAGEM EM OS MAIAS DE EÇA DE QUEIRÓS	
<i>Nívea Faria de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230810	
CAPÍTULO 11	114
MICRO-HISTÓRIA E NARRATIVA ORAL NO NORTE PARANAENSE	
<i>Marcia Regina de Oliveira Lupion</i>	
<i>Lucio Tadeu Mota</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230811	
CAPÍTULO 12	124
MOVIMENTO NEGRO NO RIO GRANDE DO SUL: APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ESTADO	
<i>José Antônio Dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230812	
CAPÍTULO 13	136
MULHER E FEMINISMO: PERCEPÇÕES ATRAVÉS DO ROMANCE "A DEUSA DO RÁDIO" DE HELONEIDA STUDART	
<i>Ioneide Maria Piffano Brion de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230813	
CAPÍTULO 14	145
O PAI DOS POBRES: UM OLHAR SOBRE A ASCENÇÃO DO POPULISMO DE GETÚLIO VARGAS NO ESTADO NOVO	
<i>Adilson Tadeu Basquerote Silva</i>	
<i>Eduardo Pimentel Menezes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230814	
CAPÍTULO 15	155
O TRATADO SECRETO ENTRE PERU E BOLÍVIA DE 1873 E AS RELAÇÕES COM A ARGENTINA, BRASIL E CHILE	
<i>Adelar Heinsfeld</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230815	
CAPÍTULO 16	165
O ÚLTIMO ADEUS: A SUBLIMAÇÃO DA DOR E O AMOR METAFÍSICO	
<i>Maristela Carneiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230816	

CAPÍTULO 17	180
POLÍTICAS PENAIS NO PARANÁ – DO AVANÇO DO APRISIONAMENTO AO GERENCIAMENTO DA MASSA DE APENADOS	
<i>Rivail Carvalho Rolim</i>	
<i>Letícia Gonçalves Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230817	
CAPÍTULO 18	195
PUERICULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E À INFÂNCIA (1930-1945)	
<i>Helber Renato Feydit de Medeiros</i>	
<i>Maurício Barreto Alvarez Parada</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230818	
CAPÍTULO 19	204
QUEERMUSEU: INCLUSÃO E DIVERSIDADE SOB O OLHAR CONTEMPORÂNEO	
<i>Manoel Messias Rodrigues Lopes</i>	
<i>Suely Lima de Assis Pinto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230819	
CAPÍTULO 20	216
RAÍZES HISTÓRICAS DA CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA EM SALVADOR, (1777-1808)	
<i>Augusto Fagundes da Silva dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230820	
CAPÍTULO 21	228
RECOMPOSIÇÃO BURGUESA, AMPLIAÇÃO DO ESTADO E AS NOVAS SOCIABILIDADES DO CAPITAL: O INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS – IBP	
<i>Marcio Douglas Floriano</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230821	
CAPÍTULO 22	236
RELAÇÕES DE TRABALHO E CAUDILHISMO: AS BASES SOCIOECONÔMICAS DA GUERRA GAUCHA (ESPAÇO PLATINO, SÉCULO XIX)	
<i>Cesar Augusto Barcellos Guazzelli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230822	
CAPÍTULO 23	247
RENATO SOEIRO NO SPHAN: SUA TRAJETÓRIA ATÉ A DIREÇÃO DA INSTITUIÇÃO	
<i>Carolina Martins Saporetti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230823	
CAPÍTULO 24	258
REPRESENTAÇÕES DE GETÚLIO VARGAS NAS PÁGINAS DA REVISTA DO GLOBO ENTRE OS ANOS DE 1929 E 1937	
<i>Eduardo Barreto de Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230824	

CAPÍTULO 25	271
VERDADE E FORMAÇÃO CRÍTICA: UMA ANÁLISE DOS SIMBOLOS DA ALEGORIA DA CAVERNA	
<i>Edson de Sousa Brito</i>	
<i>Camila de Souza Cardoso</i>	
DO 10.22533/at.ed.60019230825I	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	279
ÍNDICE REMISSIVO	280

HISTÓRIA INTELLECTUAL DOS 'CARDEAIS' DA ESCOLA NOVA NO BRASIL

César Evangelista Fernandes Bressanin

Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-GO. Doutorando.

Goiânia-GO

Milian Daniane Mendes Ivo Silva

Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-GO. Doutorando.

Goiânia-GO

RESUMO: O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova publicado em 1932 foi assinado por vinte e seis intelectuais que propunham a reconstrução educacional do Brasil a partir de princípios como a laicidade do ensino, a coeducação, a educação pública, gratuita, obrigatória e a escola única. Dentre estes intelectuais três nomes se destacaram: Anísio Teixeira (1900-1971), Fernando de Azevedo (1894-1974) e Lourenço Filho (1897-1970) que foram titulados por Paschoal Lemme, como os 'cardeais da educação' (VIDAL, 2013). O artigo aqui alvitrado objetiva delinear a trajetória intelectual destes três educadores em virtude do lugar de importância que ocuparam na educação pública brasileira, pela participação e contribuição nas reformas educacionais que foram implementadas no Brasil a partir da década de 1920, bem como suas atuações à frente de órgãos da administração pública e seus pensamentos acerca da Educação

Brasileira expressas na relevante bibliografia deixada por ambos e que compõe o pensamento educacional brasileiro do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Cardeais da Educação; Educação Nova; História Intelectual.

ABSTRACT: The Manifest of the Pioneers of New Education published in 1932 was signed by twenty-six intellectuals who proposed the educational reconstruction of Brazil from principles such as secular education, coeducation, public education, free, compulsory and single school. Among these intellectuals, three names stand out: Anísio Teixeira (1900-1971), Fernando de Azevedo (1894-1974) and Lourenço Filho (1897-1970) who were titled by Paschoal Lemme as the 'Cardinals of Education' (VIDAL, 2013). The purpose of this article is to outline the intellectual trajectory of these three educators because of their place of importance in Brazilian public education, for the participation and contribution to the educational reforms that were implemented in Brazil from the 1920s, as well as their their performances in front of organs of the public administration organs and their thoughts about Brazilian Education expressed in the relevant bibliography left by both and that composes the Brazilian educational thought of the twentieth century.

KEYWORDS: Cardinals of Education; New Education; Intellectual History

INTRODUÇÃO

Este texto objetiva delinear a trajetória intelectual dos chamados ‘cardeais’ da Escola Nova no Brasil, os educadores Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho. O destaque a eles deu-se em razão do lugar que ocuparam na educação pública brasileira, pela participação e contribuição nas reformas educacionais que foram implementadas no Brasil a partir da década de 1920, bem como suas atuações à frente de órgãos da administração pública em suas três esferas e a relevante produção bibliográfica acerca da Educação Brasileira deixada por ambos.

De acordo com Ghiraldelli Jr. (2003) Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo foram considerados os cardeais do movimento da escola nova no Brasil, pois o documento de 1932 tornou-se o marco inaugural do projeto de renovação educacional do país onde,

Anísio enfatizou a relação entre a democracia e a educação no mundo moderno; Fernando de Azevedo destacou a ideia da “escola ativa” como escola vocacional e Lourenço Filho, por sua vez, criou testes para a hierarquização das vocações e salientou o papel e ajuda social da escola (GHIRALDELLI JR., 2003, p. 50-51).

Este trabalho embasou-se nos pressupostos da História Cultural que tem como principal objeto “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 2002, p. 17). Como a História Cultural é plural em seus objetos, abordagens e métodos ela tem possibilitado aos historiadores, através de suas investigações, a desconstrução/construção/reconstrução da História em seus diversos aspectos, como na configuração do pensamento intelectual de educadores brasileiros.

Não se pode ignorar atualmente a “pluralidade de enfoques teóricos, de recortes temáticos e estratégias de investigação que animam hoje as disciplinas relativas ao mundo histórico e social, entre as quais a História Intelectual” (ALTAMIRANO, 2007, p. 10). Desta forma, este trabalho ancora-se no domínio da História Intelectual, que “diz respeito às diversas interpretações sobre os agentes, as práticas, os processos e os produtos classificáveis como intelectuais” (WASSERMAN, 2015, p. 63).

INTELECTUAIS E HISTÓRIA INTELECTUAL

Quando tratamos do termo “intelectual” alguns textos e ideias são imprescindíveis. Primeiramente os tido como fundadores da discussão sobre o termo, ainda do século XVIII, como o de D’Alembert e Fichte que problematizaram a função do intelectual a partir de seu compromisso, missão e dever (CORREA, 2015). Durante o século XX surgiram outras abordagens que

vão tratar o intelectual como objeto de teorizações com a finalidade de estabelecer tipologias, suas vinculações com a estrutura de classe, seus posicionamentos ideológicos, suas posições em relação às instituições sociais e políticas,

como partidos políticos, igreja, estado, sindicatos, universidades, mídia, etc., especialmente, as visões teóricas sobre a questão dos intelectuais produzidas por Karl Mannheim (1893-1947), Antônio Gramsci (1891-1937) e Norberto Bobbio (1909-2004) (CORREA, 2015, p. 398).

Outro autor que discute o conceito de “intelectual” é Jean-François Sirinelli (1998, 2003) de quem compartilharemos algumas visões. Para Sirinelli (2003, p. 242), a concepção de intelectual é apreendida através de duas noções: “uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e mediadores culturais, e a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento [...] na vida da cidade como ator”. Na visão de Sirinelli (2003), estão incluídos na primeira definição os jornalistas, professores, escritores, os criadores e mediadores em potencial, como os estudantes, já na segunda definição estão incluídos um grupo menor, restrito, de caráter político, abrange o engajamento de indivíduos, que, ao defenderem uma concepção ideológica ou uma causa de impacto social, exercem grande influência no cenário público em razão de suas atividades ou dos cargos que ocupam.

Ainda pensando na concepção de “intelectual” Sirinelli (2003) apresenta a noção de “estrutura de sociabilidade” que se estabelece de duas formas: como redes de sociabilidade que subsidiam o campo intelectual por meio das forças de adesão (semelhanças ideológicas, afinidades, amizades, fidelidades) e de exclusão (rivalidades, brigas, tomadas de posição, cisões) ou como “microclimas”, que são espaços intelectuais como revistas, jornais, manifestos que funcionam como *locus* de “movimentos de ideias, no sentido das posições tomadas, os debates suscitados e as cisões advindas” (SIRINELLI, 2003, p. 248-249).

Quando se trata de rede de sociabilidade é importante levar em consideração “as variações ao longo do tempo dessas redes, tais como salões, academias, instituições escolares, associações e grêmios literários e culturais, em torno das quais vão se conformando as opções políticas e ideológicas dos intelectuais” (CORREA, 2015, p. 409).

Decorrente desta noção de rede de sociabilidade temos o conceito de “grupo”, que parece constituir-se um instrumento favorável para história intelectual, visto que

[...] existem grupos culturais muito importantes que têm em comum um corpo de práticas ou um *ethos* que os distinguem [...] sua importância [...] é grande: naquilo que eles realizaram, e no que seus modos de realização podem nos dizer sobre as sociedades com as quais eles estabelecem relações, de certo modo, indefinidas, ambíguas (WILLIAMS, 1999, p. 140).

Outra abordagem significativa para Sirinelli (2003) acerca dos intelectuais é a questão do itinerário. Segundo Correa,

A reconstituição dos itinerários, de acordo com Sirinelli, possibilita o mapeamento dos territórios de engajamento intelectual, permitindo não só o estudo dos grandes intelectuais como, também, dos de menor expressão em uma dada época, além de permitir a identificação da evolução de um grupo de intelectuais oriundos de

uma matriz comum. Apesar de sua importância, o estudo dos itinerários intelectuais só adquire relevância, enfatiza Sirinelli, quando vai além da mera reconstituição e passa a envolver, também, a sua interpretação (CORREA, 2015, p. 408).

Na visão de Alves,

[...] construir itinerários é afinar a capacidade de observação para elementos do contexto histórico que se traduzem em vivências cotidianas, que marcam a sensibilidade, as escolhas, as afinidades, as aproximações e os deslocamentos que conformam o desenho da trajetória intelectual. Nessa trajetória ele é tomado como indivíduo inserido em múltiplas dimensões espaço-temporais (ALVES, 2012, p. 116).

Ao escrever a história intelectual dos ‘cardeais’ da escola nova no Brasil propomos construir o itinerário destes três educadores a partir de suas redes de sociabilidade e dos grupos aos quais pertenciam, considerando formação social, acadêmica e cultural, obras e produções, relevantes serviços prestados e a conjuntura histórica em que estavam inseridos.

ANÍSIO TEIXEIRA

Anísio Spínola Teixeira nasceu em 12 de julho de 1900 em Caetité, no estado da Bahia. Filho de fazendeiros fez sua formação escolar com os padres jesuítas: os estudos primários no Colégio São Luiz, em Caetité e o curso secundário no Colégio Padre Vieira. Dividido entre a escolha pela vida religiosa, inspirada pelos jesuítas, e pela carreira profissional, sonhada pelo pai, optou pela formação em bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro que concluiu em 1922.

A trajetória de Anísio Teixeira foi intensa: de homem veemente católico, disposto a deixar a vida secular em prol da vida religiosa, a um liberal democrático (MOURA, 2015). Conforme Clarice Nunes (2010), Anísio Teixeira passou por três momentos de rupturas, que ela classifica como travessias de desertos: primeiro o da fé: “quando abdicou de uma religião que lhe dava segurança, mas que também não dava respostas às suas vivas inquietações” (NUNES, 2001, p. 6); o segundo, o da solidão: que por perseguições e incompreensões injustas diante do trabalho realizado o levaram a isolar-se por dez anos mantendo-se distante dos trabalhos com a educação e envolvendo-se em outras atividades (MOURA, 2015) e o terceiro deserto o do ceticismo que “refere-se à luta travada por Anísio Teixeira para combater os interesses privatistas e o monopólio da Igreja Católica sobre a Educação Pública. A democracia como princípio e valor norteou o trabalho de Anísio Teixeira” (MOURA, 2015, p. 74).

O primeiro contato de Anísio Teixeira com a educação pública foi em 1924 quando foi nomeado pelo governador Francisco Góes Calmon como Inspetor Geral do Ensino da Bahia. Ocupando esta função teve oportunidade de viajar a países

da Europa em 1925 registrando com atenção as observações feitas nos sistemas escolares visitados. Neste mesmo ano através da Lei nº 1846, de 14 de agosto de 1925 fez a reforma do ensino baiano defendendo desde então uma educação integral que desenvolvesse qualidades cívicas, morais, intelectuais e de ação no alunos.

Em 1926 inaugurou a Escola Normal de Caetité e em 1927 fez sua primeira viagem aos Estados Unidos no intuito de conhecer e analisar o seu sistema escolar de onde destacou alguns pontos importantes das instituições escolares americanas como os prédios escolares grandes e adequados, os métodos de ensino práticos, o currículo diversificado e flexível com grande variedade de cursos, além de preparar o terreno para uma visita mais prolongada para 1928 e 1929. Estas viagens foram significativas para a vida de Anísio Teixeira pois proporcionaram a ele o encontro com sua verdadeira vocação, a educação, que nunca mais abandonou (MOURA, 2015).

Retornou aos Estados Unidos em meados do ano de 1928 para um curso de pós-graduação no Teachers College da Columbia University, que lhe deu o título de "Master of Arts". Nesta Universidade, em Nova York, conheceu o pedagogo John Dewey e sua filosofia de quem tornou-se discípulo, tradutor e defensor de suas ideias no Brasil.

Ao retornar ao Brasil em meados de 1929 redigiu um balanço da Reforma de Instrução na Bahia (1924-1929) mas não conseguiu sensibilizar o novo governador baiano Vital Henrique Batista Soares, empossado em 1928, a concretizar suas propostas. Exonerou-se do cargo de Diretor Geral de Instrução da Bahia e passou a se dedicar ao magistério como professor de Filosofia e História da Educação da Escola Normal de Salvador além de dedicar-se à tradução das ideias e obras de Dewey para o português, quando em 1930 publica "Vida e Educação", um livro em que

[...] condensou o significado de suas duas viagens à América, examinando os motivos sociais e pedagógicos da renovação escolar e advertindo para a inadequação da velha escola em relação à concepção moderna de aprendizagem, além de enumerar as razões que justificariam a sua substituição e observar as novas exigências da civilização moderna, as tendências gerais que marcariam a sua evolução, assim como a generalização do método crítico, o impacto da indústria e da democracia. Nesta produção intelectual, apresentou o papel destacado que cumpriram o interesse do aluno, as situações reais de experiência e a independência do mestre e do aluno no processo educativo (ALENCAR, 2016, p. 92).

Ao estudar Dewey e apreender as teorias do pragmatismo norte-americano,

Anísio apreendeu as ideias de democracia e de ciência, as quais apontavam a educação como o canal capaz de gerar as transformações necessárias para um Brasil que buscava se modernizar. Acreditava que, se a sociedade passava por mudanças, era preciso que a escola preparasse o novo homem, o homem moderno, para integrar-se à nova sociedade que deveria ser essencialmente democrática (ALENCAR, 2016, p. 93).

Assim, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, redigido por Fernando de Azevedo, significou a consolidação da visão de um grupo de intelectuais brasileiros, que apesar das diferentes posições ideológicas, conjecturava a possibilidade de intervir na sociedade e sua organização a partir da educação. Anísio Teixeira pertencia a esta geração que ansiava “a construção do país em bases urbano industriais e democráticas e que endossam as teses da Pedagogia Nova” (BRITO, 2006, p. 34).

Ao discorrer sobre o Manifesto dos Pioneiros de 1932, Brito (2006) reconhece, utilizando-se da afirmação de Hermes Lima, que o pensamento educacional de Anísio Teixeira despontava-se ali como centro do manifesto pois, “a espinha dorsal e ideológica do manifesto era puro Anísio Teixeira” (Lima *apud* BRITO, 2006, p. 35).

A memória coletiva do grupo signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, forma-se pela existência de ideias compartilhadas entre intelectuais associados a um espaço social no qual se criam pontos de referências culturais que dizem respeito à história e ao próprio tempo. [...] O pensamento de Anísio Teixeira, sem dúvida, fornece ao Manifesto o quadro de referências e de valores que impregnam de maneira significativa toda a narrativa da memória do manifesto (BRITO, 2006, p. 37).

Os escritos de Anísio Teixeira ao longo de sua trajetória expressam muito bem seu pensamento e são resultados de sua escolha pela educação como foco de seu trabalho (NUNES, 2010). Procurou escrever, principalmente, sobre a situação da educação brasileira, os problemas que permeavam a educação pública e os desafios a serem superados pelo Brasil. Entre tantas podemos destacar *Vida e educação* (1929), *Em marcha para a democracia: à margem dos Estados Unidos* (1934), *Educação progressiva: uma introdução à filosofia da educação* (1934), *A educação e a crise brasileira* (1956) *Educação não é Privilégio* (1957), *Educação é um Direito* (1968) *Educação e o Mundo Moderno* (1969) e *Educação no Brasil* (1969).

Na visão de Santos (2016), o nome de Anísio Teixeira está vinculado ao campo da filosofia da educação no Brasil, embora tenha atuado quase sempre como administrador público, em diferentes setores da educação brasileira que marcou o campo educacional entre os anos 1920 a 1960: foi membro da Comissão Ministério da Educação e Saúde Pública, encarregado dos estudos relativos à reorganização do ensino secundário no país em 1931; em 1932 assumiu a cátedra de Filosofia da Educação no Instituto de Educação do Rio de Janeiro e, depois, na Escola de Educação da UDF, na qual permanece até 1935 quando foi nomeado secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal, carga que ficou por pouco tempo por questões políticas. Por volta de 10 anos recolhe-se no interior da Bahia e dedica-se a outros trabalhos: o deserto da solidão (NUNES, 2010).

Em 1946 retorna ao cenário educacional quando é “convidado por Julian Huxley para Conselheiro de Educação da Organização Educacional Científica da ONU, sediada em Londres. Exerce a função de Conselheiro para o ensino superior da Unesco (1946-1947)” (NUNES, 2010, p. 122). Em 1947, o governador Otávio Mangabeira, o

nomeia para o cargo de secretário de Educação e Saúde do Estado da Bahia que exerce entre até 1951. Neste período criou a Escola Parque, em Salvador, o Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro, um dos primeiros centros de educação integral do país que se tornou referência.

Outros cargos importantes assumidos por Anísio Teixeira foi a secretaria geral da Campanha de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (CAPES) e a diretoria do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Foi um dos fundadores da Universidade de Brasília, junto com Darcy Ribeiro, tendo assumido a reitoria dessa instituição em 1963. Lecionou nas Universidades de Colúmbia e da Califórnia, nos Estados Unidos e tornou-se consultor da Fundação Getúlio Vargas (MOURA, 2015).

FERNANDO DE AZEVEDO

Nasceu em São Gonçalo do Sapucaí-MG em 02 de abril de 1894. Viveu sua infância na pequena cidade de Cambuquira, interior de Minas Gerais. Fez seus estudos na cidade natal no Colégio Anchieta dos padres jesuítas, em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro.

Ao concluir seus estudos desperta-se para a vida religiosa e ingressa, em 1909, no noviciado dos jesuítas sob a orientação do padre Leonel de França. Na experiência vocacional religiosa descobre sua verdadeira vocação, o magistério. Deixou a vida religiosa em 1914 e matriculou-se no curso de Direito, no Rio de Janeiro, iniciando sua formação acadêmica. No mesmo ano, transferiu o curso para Belo Horizonte e, na capital mineira, foi lecionar Latim e Psicologia no Ginásio do Estado. Em 1917 Azevedo mudou-se para São Paulo onde concluiu o curso de Direito, em 1918. Neste interim foi professor de Latim no Ginásio Anglo-Brasileiro.

Depois de formado, Fernando de Azevedo iniciou sua intensa vida profissional e intelectual na capital paulista, não como advogado, mas como professor, redator, escritor. Lecionou Latim e Literatura na Escola Normal de São Paulo em 1921 e dedicou-se à crítica e a história literária no jornal Correio Paulistano e O Estado de São Paulo.

Em 1926 Júlio de Mesquita Filho, diretor do O Estado de São Paulo, convidou-o para realizar o Inquérito sobre a Instrução Pública em São Paulo. De princípio hesitou, pois “nesses domínios (da educação), os meus conhecimentos não ultrapassavam ainda as fronteiras de duas especialidades: da educação física [...] e da literatura e língua latina [...]” (AZEVEDO, 1960: 25), mas ao elaborar este inquérito aprofundou-se nas leituras sobre educação, conheceu as novas tendências da área e as ideias escolanovistas, especialmente de Dewey, de quem recebeu grande influência ao formular seu pensamento pedagógico/educacional.

Este inquérito, significou a tomada de consciência da questão educacional por Fernando de Azevedo e lançou-o como extraordinário especialista e grande renovador da educação brasileira. Deste inquérito surgiu uma de suas obras *A Educação Pública*

em São Paulo, *problemas e discussões: Inquérito para o Estado de S. Paulo* publicado em 1937 e numa segunda edição com o título *A educação na encruzilhada* em 1960.

No contexto das reformas educacionais vividas por todo o Brasil durante a década de 1920, Fernando de Azevedo foi nomeado pelo então prefeito do Rio de Janeiro, Antônio Prado Junior, para Diretor Geral de Instrução Pública do Distrito Federal em 1927. Neste cargo propôs ao prefeito, no mesmo ano, um projeto de reforma radical para a educação da capital do Brasil.

Apesar das resistências encontradas no início de 1928 começou a vigorar no Distrito Federal a reforma projetada por Fernando de Azevedo que “[...] não é apenas uma reforma de métodos pedagógicos. É a reorganização radical de todo o aparelho escolar em vista de uma nova finalidade pedagógica e social” (AZEVEDO, 1958, p. 72).

A reforma educacional do Distrito Federal reorganizou a instrução pública da capital brasileira, influenciou e incentivou outras reformas pelo Brasil além de ativar a militância dos educadores que viam o momento pelo qual a nação passava como tempo de transformações. Em 1930, com a revolução, Fernando de Azevedo perdeu a função de Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal e retornou para São Paulo com sua família. Na capital paulista retornou as atividades de professor e de jornalista. Foi lecionar Sociologia na Escola Normal e dedicou-se aos estudos de aprofundamentos do pensamento de Durkheim e Dewey seus sustentáculos teóricos.

Ao longo de sua trajetória, Azevedo ocupou cargos diversos na administração pública. Uma de suas significativas atuações foi no Movimento dos Pioneiros da Educação Nova em 1932 onde atuou como redator do documento.

A escolha de Azevedo para a redação deste documento que passou a ser chamado de Manifesto

[...] deveu-se principalmente à sua atuação como reformador escolar no Distrito Federal, nos últimos anos da década de 1920 [que] contara com a colaboração de diversos educadores cariocas [Venâncio Filho, Edgar de Mendonça, Armanda Álvaro Alberto e outros], então sediados na ABE, funcionando como um polo aglutinador em torno de propostas de remodelação escolar (CARVALHO, 1994, p. 73).

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova trouxe em seu bojo as expectativas de uma concepção de escola leiga, gratuita e obrigatória, que enfatizou o cenário e as necessidades regionais implicando “uma unidade que não significasse uniformidade, mas, ao contrário, multiplicidade e, por conseguinte, uma educação que fosse federativa e descentralizada” (PENNA, 2010, p. 61). Estas concepções e anseios revelavam o pensamento azevediano sobre a educação a partir de sua base teórica filosófica Durkheimiana e Deweyana. Muitos os signatários do movimento comungavam das ideias de Dewey.

Apesar de criticado e perseguido por causa do Manifesto a trajetória de Fernando de Azevedo prosperou e ele passou ocupar lugar de destaque entre os intelectuais e

educadores do Brasil: ainda em 1932 foi nomeado Diretor-geral da Instrução Pública de São Paulo, implementou o Código de Educação de São Paulo, que reestruturou o Curso Normal, organizou a Educação Física e implantou o ensino de Sociologia em todas as escolas normais do Estado de São Paulo; neste mesmo ano passou a dar aulas de Sociologia Educacional no Instituto de Educação de São Paulo o qual foi fundador e seu primeiro diretor.

Participou ativamente da Fundação da Universidade de São Paulo, a USP, em 1934. Nela dedicou-se como docente e pesquisador de Sociologia Educacional e de Sociologia II na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), da qual foi diretor entre 1941 e 1943. Em 1947 criou-se o Departamento de Sociologia e Antropologia da USP da qual Azevedo foi chefe até sua aposentadoria em 1961.

Foi pioneiro intelectual do campo da Sociologia no Brasil seja como professor, pesquisador e autor da área, principalmente com as suas obras *Princípios de Sociologia* (1935), uma referência para o estudos das teorias sociológicas, *Sociologia Educacional* (1940) – “a principal contribuição teórica de Azevedo para o arcabouço conceitual da Sociologia” (CANDIDO *apud* NASCIMENTO, 2012: 272) e *A Cultura Brasileira* (1943) – “síntese do Brasil de corpo inteiro [...] mais conhecido aos brasileiros e a descobri-lo os homens de outros países [...] exercício prático do que já havia produzido anteriormente” (TOLEDO *apud* NASCIMENTO, 2012, p. 232).

LOURENÇO FILHO

Manoel Bergström Lourenço Filho, nascido em Porto Ferreira, interior paulista, a 10 de março de 1897, é uma das figuras eminentes da Escola Nova brasileira. Sua formação foi marcada pela influência do pai, o português Manoel Lourenço Filho, comerciante, casado com a sueca Ida Christina Bergström Lourenço. Iniciou a vida escolar na vizinha Santa Rita do Passa Quatro. Prosseguiu em Campinas, depois em Pirassununga e, finalmente, na capital, onde diplomou-se na Escola Normal Secundária, em 1917. Matriculou-se na Faculdade de Medicina para estudar psiquiatria mas abandona após dois anos.

Já nos anos de 1920 foi nomeado professor de cadeira de pedagogia e psicologia da Escola Normal de Piracicaba, assume também a docência da Prática Pedagógica na escola modelo. Em 1922 partiu para o Ceará convidado para ministrar as mesmas cadeiras, as quais ministrava em Piracicaba, mas acabou assumindo a Diretoria Geral de Instrução Pública onde realizou a famosa reforma do ensino no estado nordestino, começando assim sua carreira de administrador.

No entanto, sua carreira no Ceará durou apenas dois anos, mas foi o tempo necessário para influenciar suas concepções sobre o ensino primário e normal. Segundo Kramer (1992), até da década de 1920 o atendimento as crianças de zero a seis anos era médico assistencialista, posteriormente surgem discursos escolanovistas em defesa da educação pré-escolar. Na visão de Lourenço Filho,

Para crescer, a criança reclama alimentação adequada em qualidade e quantidade; condições de vida higiênica; defesa da saúde. Mas não é só. Se assim fora, tudo estaria apenas na dependência da criação, não propriamente da educação. A idade da infância não é apenas um período de rápido crescimento físico. É de desenvolvimento emocional ou afetivo, e, nessa base, de desenvolvimento mental e social. Para ela, as condições são de outra natureza, aquelas que levem a descobrir e a situar-se em seu ambiente, físico e moral, descobrindo se a si mesma, ou pouco a pouco organizando a sua vida interior, ordenando o seu espírito. (LOURENÇO FILHO, 1961/1964, p. 3).

Desta forma Lourenço Filho explicitava novas perspectivas a estas crianças ao difundir a ideia de inclui-las no sistema escolar, ao pontuar a necessidade de formação para os professores da pré-escola. Tendo base na Psicologia, acreditava que todas as crianças deveriam ter direito ao desenvolvimento integral, concepção que aparece no Manifesto dos Pioneiros de 1932,

O programa educacional do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932, prevê o “desenvolvimento das instituições de educação e assistência física e psíquica às crianças na idade pré-escolar (creches, escolas maternais e jardins de infância) e de todas as instituições pré-escolares e pós-escolares”. Aos poucos, a nomenclatura vai deixar de considerar a escola maternal como se fosse aquela dos pobres, em oposição ao jardim-de-infância, passando a defini-la como instituição que atenderia à faixa etária dos 2 aos 4 anos, enquanto o jardim atenderia de 5 a 6 anos. Mais tarde, essa especialização etária irá se incorporar aos nomes das turmas em instituições com crianças de 0 a 6 anos (berçário, maternal, jardim, pré) (KUHLMANN JÚNIOR, 2000, p. 482).

O país estava em franca expansão industrial e a educação era vista como parte desse processo. O Movimento dos Pioneiros demarcou significativamente a construção de uma concepção de educação direcionada ao desenvolvimento infantil. Preocupado com essa formação integral da criança Lourenço Filho passou a dedicar-se a Literatura Infantil. Em 1948 publicou o artigo: “O valor da biblioteca infantil” e realizou uma palestra sobre e “A criança na literatura brasileira”.

Por seu conhecimento sobre o ensino primário e normal trabalhou no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) entre os anos de 1939 a 1945, ajudando a criar a Comissão Nacional do Ensino Primário.

Enquanto, Kramer (2011) ressalta que o discurso do poder público, em defesa do atendimento das crianças das classes menos favorecidas, parte de determinada concepção de infância, ou seja, a concepção de que as crianças oriundas das classes sociais menos favorecidas são consideradas carentes, e inferiores na medida em que não correspondem ao padrão estabelecido pela sociedade burguesa. Com a finalidade de superar as deficiências de saúde e nutrição, assim como as deficiências escolares, são oferecidas diferentes propostas de programas no sentido de compensar tais carências. Segundo a autora,

Ambas as funções podem ser desmistificadas. Ao nível da primeira função,

considera-se a educação como promotora da melhoria social, o que é uma maneira de esconder os reais problemas da sociedade e de evitar a discussão dos aspectos políticos e econômicos mais complexos. A proposta que ressurgiu, de elaborar programas de educação pré-escolar a fim de transformar a sociedade no futuro, é uma forma de culpar o passado pela situação de hoje e de focalizar no futuro quaisquer possibilidades de mudança. Fica-se, assim, isento de realizar no presente ações ou transformações significativas que visem a atender às necessidades sociais atuais (KRAMER, 2011, p. 29).

Segundo Kramer (2011), esse paradoxo sobre a responsabilidade do Estado é dada ao fato de o governo, ao mesmo tempo em que reconhecia a importância da implementação da educação infantil também reconhecia a impossibilidade de implementá-la de forma satisfatória devido às dificuldades financeiras em que se encontrava, enquanto reafirmava uma tendência assistencialista em que o atendimento não se constituía em direito, mas em favor. De acordo com Kramer (2011), durante grande parte do século XX (1900-1970), as políticas governamentais criadas tentaram, por meio da educação, promover o controle da sociedade civil. Em 1941, é criado o Serviço de Assistência a Menores (SAM) que era voltado ao atendimento de menores de 18 anos, abandonados e delinquentes. Esse programa pretendia proporcionar a formação de cidadãos. Mas, segundo Kramer (2011), o órgão ficou conhecido como a “vergonha nacional” na medida em que não conseguiu contemplar seus objetivos, sendo extinto em 1964. Com a extinção do SAM, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) foi implantada, constituindo-se como um órgão normativo e supervisor com objetivo de formular e implantar a política nacional do bem-estar do menor. A faixa etária de atuação da Funabem extrapolava a faixa etária da educação pré-escolar.

A década de 1960 intensificando políticas de controle e de manutenção da ordem voltada para a infância e a adolescência. Neste contexto, promulga-se a LDB n.4024/61, a qual manteve a estrutura do ensino pré-primário, composto de escolas maternas e jardins de infância.

A educação passa a ser vista como instrumento de conscientização. A expressão “educação popular” assume, então, o sentido de uma educação do povo, pelo povo e para o povo, pretendendo-se superar o sentido anterior, criticado como sendo uma educação das elites, dos grupos dirigentes e dominantes, para o povo, visando a controlá-lo, manipulá-lo, ajustá-lo à ordem existente (SAVIANI, 2007, p. 315).

Segundo Rosemberg (2002), a ampliação dos programas em massa para pré-escolas nos países subdesenvolvidos ocorreu em virtude da contenção dos gastos públicos, constituindo-se numa educação para a subalternidade. Ainda segundo a autora, as agências internacionais que propunham ações em favor da criança, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF e órgãos como a Organização Mundial de Educação Pré-Escolar – OMEP, com objetivos em comum de organizar por meio de acordos e programas, políticas de intervenção no campo social.

É mister que as organizações multilaterais trazem em suas diretrizes projetos que claros de sustentação ao sistema capitalista e por seu intermédio tais orientações são executadas nas políticas educacionais brasileiras. Essas ideias são também apresentadas em artigos escritos por Lourenço Filho à OMEP, entre os anos 1950 e 1960.

Lourenço Filho, ao mesmo tempo que tinha uma posição relevante na implementação das políticas educacionais financiadas pelos organismos internacionais, também evidenciava a luta pela expansão com qualidade, “[...] de maior número de escolas e de melhores escolas” (LOURENÇO FILHO, 1961/64, p. 12).

Lourenço Filho, um intelectual afinado com o cenário nacional e internacional, traduzia em seus escritos as mudanças políticas, econômicas e sociais. Preocupado com a formação integral da criança, propôs programas de formação continuada para professores, expansão das pré-escolas. Consciente de que as políticas para as crianças pequenas deveriam ultrapassar os cuidados e o assistencialismo, mesmo que os caminhos fossem tracejados pelos fatores econômicos e políticos desta etapa ainda tão desacreditada da educação básica.

CONSIDERAÇÕES

Os conhecidos ‘cardeais’ da educação, grandes intelectuais brasileiros, trabalharam em prol de uma educação pública, democrática, laica, obrigatória e de qualidade para toda a população. Eles fizeram de suas vidas um ato político, deixando as contribuições na/para a história da educação brasileira além da vasta obra produzida por cada um. Seus legados não só contribuíram no pensamento educacional brasileiro em seus tempos como está presente no pensamento filosófico educacional do país. Entender esse período da educação brasileira e o pensamento de educadores que tiveram uma atuação ativa na educação do século XX é buscar compreender o nosso presente e o lugar ocupado pelo Brasil no continente latino-americano.

A História Intelectual, por sua vez, possibilita o estudo das diferentes questões que compõem, na interseção de várias dimensões, um texto ou um sistema de pensamento. Comungando desse sentimento de mudanças de paradigma econômico, político e social, a ‘trindade cardinalícia’ do movimento escolanovista defendiam uma concepção de escola leiga, gratuita e obrigatória e para todos sem discriminação de classe social.

Assim, acredita-se que o presente estudo corroborou para a construção de que esses pioneiros, intelectuais ‘cardeais’ da educação, foram importantes disseminadores de uma nova vertente educacional, contrária a pedagogia tradicional e que a mudança das mazelas brasileiras só poderiam ser resolvidas pela formação do homem para o exercício pleno da sua cidadania.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Cristiene de Paula. Manifesto dos pioneiros da Educação Nova de 1932 no Brasil: o acontecimento, o discurso e os dispositivos de verdade. Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Goiânia, 2016
- ALTAMIRANO, Carlos. Ideias para um programa de História intelectual: Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 19, n. 1, junho/2007. Disponível: Acesso em
- ALTAMIRANO, Carlos. Ideias para um programa de História intelectual: Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 19, n. 1, junho/2007.
- ALVES, Claudia. Jean-François Sirinelli e o político como terreno da história cultural. In: LOPES, E.M.T. e FARIA FILHO, L. M. (Orgs) Pensadores sociais e a história da educação II. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- AZEVEDO, Fernando. A educação na encruzilhada: problemas e discussões. Inquérito para O Estado de S. Paulo em 1926. 2 ed., Edições Melhoramentos, 1960.
- _____. Novos caminhos e novos fins: a nova política da educação no Brasil. 3 ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1958.
- BRITO, Maria Helena de O. Memória da educação em Anísio Teixeira. In TIBALI, Elianda F. A.; NEPOMUCENO, Maria de A. et al. Pensamento educacional Brasileiro. Goiânia. Ed. da UCG, 2006
- CARVALHO, Marta Maria Chagas. Fernando de Azevedo, pioneiro da Educação Nova. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, nº 37. São Paulo, 1994.
- CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2 ed. Memória e Sociedade. DIFEL. Lisboa, Rio de Janeiro, 2002.
- CORREA, Rubens A. Os Intelectuais: Questões Históricas e Historiográficas – Uma Discussão Teórica. In: SÆCULUM - REVISTA DE HISTÓRIA. João Pessoa, nº 33, jul./dez. 2015. Disponível: Acesso em
- KRAMER, Sonia. A Política do Pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. São Paulo: Cortez, 1992.
- KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- KULHMANN JÚNIOR, Moysés. História da Educação Infantil Brasileira. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 14, p. 5-18, maio/ago. 2000.
- LOURENÇO FILHO, M. B. Os problemas da infância nos países em via de desenvolvimento. 1961/1964, LF 0236 CPDOC.
- MOURA, Adriana Dias de. Educação e Democracia: um estudo comparado entre o pensamento de Paschoal Lemme (1904-1997) e Anísio Teixeira (1900-1971). Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Belém, 2015.
- NASCIMENTO, Alessandra Santos. Fernando de Azevedo: dilemas na institucionalização da Sociologia no Brasil. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- NUNES, Clarice. Anísio Teixeira. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
- NUNES, Clarice. Anísio Teixeira: a poesia da ação. Conferência de Abertura da 23ª reunião da

ANPED, Caxambu-MG. Revista Brasileira de Educação, n. 16, jan/fev/mar/abr, 2001.

PENNA, Maria Luiza. Fernando de Azevedo. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

ROSEMBERG, Fúlvia. Expansão da educação Infantil e processos de exclusão. Cadernos de Pesquisa, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Ed: Autores Associados, v. 107, p. 7-40, jul. 1999.

ROSEMBERG, Flúvia. Uma introdução ao estudo as organizações multilaterais no campo educacional. In: NORA, Krawczyk; CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Sérgio (Org.). Cenário Educacional Latino-Americano no Limiar do Século XXI: reformas em debate. Campinas: Autores Associados, 2000, p. 63-94

ROSEMBERG, Flúvia. Organizações Multilaterais, Estado e Políticas Públicas de Educação Infantil. Cadernos de Pesquisa, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 115, p. 25-63, mar. 2002.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

WILLIAMS, Raymond. A Fração Bloomsbury. Plural, Sociologia, USP, 6, 1 semestre, 1999.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Denise Pereira - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Maristela Carneiro - Pós-Doutoranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – Unicentro. Doutorado e Pós-Doutorado em História pela UFG e pela UFMT, respectivamente. Docente do curso de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alegoria da caverna 272

C

Colonização 122, 226

E

Ensino de história 26

F

Feminismo 136

Filosofia 12, 94, 95, 98, 123, 235, 271, 278

H

História intelectual 91, 102

Historiografia 40, 41, 43, 44, 45, 53, 54, 55, 66, 88, 89

I

Igreja católica 115

L

Literatura 96, 99, 104, 112, 136, 137, 138, 144

M

Maias 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113

Meio ambiente 1, 12

Memória 6, 10, 13, 14, 18, 20, 34, 39, 56, 66, 67, 76, 88, 89, 102, 178, 245, 256

Micro-história 114

P

Política 15, 24, 68, 69, 70, 75, 102, 136, 150, 158, 164, 235, 258

Populismo 145, 154

R

Relações de trabalho 8, 236

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-560-0

